

3 ANOS E MEIO DE BOLSONARO

FOME E RETROCESSO

33 MILHÕES de famintos



**ATO NACIONAL PELA
“CONSTITUINTE com LULA” 2/JUL ÀS 15H** | CASA DE PORTUGAL
AV. DA LIBERDADE, 602, SP

ELEIÇÕES NA COLÔMBIA
Petro e Francia têm vitória
impactante para todo o continente

Sumário

Juventude

Estudantes contra os cortes na educação 4

Cursos paramilitares crescem sob Bolsonaro 8

Editorial

Quem pode pôr fim a essa agonia? 12



NOTAS 16



MEMÓRIA 18

Partido

Diretrizes do programa de Lula 20

O debate nos Encontros do PT 24

Diálogo e Ação Petista

Ganha força o debate sobre a Constituinte 28

Dirigente dos servidores federais garante presença 29

Bahia e Minas: empenho na arrecadação 31

Moradores de ocupação organizam participação 34

Luta de classe

Servidores de Florianópolis em greve 36

Médicos de São Paulo em luta contra demissão 38

Servidores de São Paulo exigem reposição de perdas 40

Jornalistas avançam unidade contra patrões 43

O que significa o fim da ultratividade? 46

Nacional

Fome se espalha pelo país 51

MP 1099: trabalho sem direitos 55

Justiça para Bruno e Dom! 57

Presença de militares no governo cresceu 193% 59

Esta tal suprema corte 61

Internacional

Petro e Francia abrem portas na Colômbia! 65

Cúpula das Américas de Biden foi um fiasco 67

Na França, Macron derrotado 72

“Os resultados franceses nos mostram o caminho” 76

Espectro da fome atinge o mundo 79

Russos manifestam-se contra a guerra 82

ATENÇÃO
Para utilizar os recursos interativos da versão digital, você precisará instalar gratuitamente o programa Adobe Acrobat Reader através da loja de aplicativos do seu aparelho (Google Play ou App Store).

Assine o jornal O Trabalho

The background of the entire page is a photograph of a large crowd of people at a protest or demonstration. The image is heavily filtered with a solid yellow color, making it monochromatic. In the foreground, a large white banner is visible with the text "PRA A MÃO DA FEDERA" in a bold, sans-serif font. Above the banner, many people are holding up their phones to take pictures or videos. In the background, there are several tall buildings, including one with a prominent clock tower. The overall atmosphere is one of a significant public gathering.

Juventude

Estudantes contra os cortes na educação

Atos ocorreram em dezenas de cidades e devem continuar

Manifestações de estudantes por todo o país marcaram o dia 9 de junho, convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades estudantis como dia nacional de luta contra os cortes na educação.

A convocação da mobilização foi uma primeira resposta ao anúncio feito por Bolsonaro, em 27 de maio, de mais um bloqueio de verbas do MEC na ordem de 14,5% do orçamento.

Dias antes de anunciar os cortes, o governo fazia uma tentativa de votar a PEC 206/19, de autoria do deputado General Peternelli (União Brasil), que autoriza a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. A proposta acabou arquivada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e só pode voltar à pauta no ano que vem.

Os cortes, no entanto, permanecem. Serão R\$ 3,2 bilhões a menos para a educação afetando diversos órgãos federais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas na Educação (INEP), responsável pelo ENEM; a CAPES, que concede bolsas a pesquisadores; e até a Empresa Brasileira de Serviços



Manifestação dos estudantes em Cuiabá-MT

Hospitalares (EBSERH), a frente de diversos hospitais universitários com atendimento pelo SUS.

Para as Universidades e Institutos Federais o corte significa R\$ 1 bilhão a menos nas verbas de custeio. A desculpa de Bolsonaro é o cumprimento do teto de gastos, aprovado no governo Temer com a Emenda Constitucional 95.

Depois do anúncio de Bolsonaro, reitores vieram a público denunciar a gravidade da situação. A reitora da UFRJ, Denise Carvalho, declarou que “dentro de dois meses não teremos como pagar as contas de água e luz.” Já a

Associação Nacional de Reitores (ANDIFES) classificou como “inadmissível, incompreensível e injustificável o corte orçamentário”.

Com cortes frequentes, o orçamento das universidades já é metade do que era em 2015, sem descontar o crescimento da inflação no período.

Estudantes vão à luta

Estudantes realizaram assembleias em Institutos e Universidades Federais decretando paralisações e piquetes. Já no dia 9, mesmo limitadas numericamente em vários locais, a capilaridade das manifestações, que atingiu mais de 50 cidades, surpreendeu positivamente.

Depois de mais de dois anos sem aulas presenciais há uma desorganização considerável no movimento estudantil. Muitas entidades de base estão sem gestão ou foram eleitas anos atrás, e só agora começam a retomar alguma atividade.

Apesar disso, secundaristas dos Institutos Federais “puxaram o bonde” em vários lugares. Nos atos era comum ver cartazes dizendo “Tira a Mão do meu IF”. Também havia faixas exigindo a recomposição do orçamento cortado, uma luta que continua.

Revogar a Emenda Constitucional 95

Militantes da Juventude Revolução do PT presentes em várias manifestações, além de

COM FOME NINGUÉM APRENDE



Estudantes das Escolas Técnicas Estaduais (Etec) protestam contra tentativa do governo do Estado de São Paulo de cortar alimentação escolar e encerrar os cursos técnicos integrados. Na foto protesto de alunos da Etec Guaracy Silveira, no último dia 2 de junho, na Vila Leopoldina, na zona oeste de São Paulo.

se somarem à exigência imediata de reversão dos cortes, levantaram a bandeira da Constituinte com Lula, uma forma de viabilizar a revogação da Emenda Constitucional 95, que exige maioria de três quintos num Congresso cada vez pior.

Essa discussão foi muito bem recebida por vários estudantes. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, embalados pela coluna da JR na manifestação, centenas cantaram “Bolsonaro a parada é a seguinte, você sai e Lula volta pra fazer Constituinte”.

Leo Ratão

Cursos paramilitares crescem sob Bolsonaro

O alvo da doutrinação de extrema direita são crianças e jovens

“Quando eu morrer quero ir de FAL e de bereta/ chegar no inferno e dar um tiro no capeta / E o capeta vai gritar desesperado / meu Deus do céu, tira daqui esse soldado / Quando eu morrer quero meu último desejo / Ser enterrado numa pista de rastejo / E o coveiro tem de ser um bom guerreiro / Abrir a minha cova com granada e morteiro”

Este canto do exército foi entoado por crianças e jovens que marchavam pelas ruas de Brasília com uniformes “pré militares”. A cena chocante, divulgada por um vídeo do Portal Metrôpoles, tem se tornado comum em diversas cidades grandes e médias brasileiras, onde florescem academias paramilitares, sob o registro, na receita, de cursos preparatórios para concursos e exames das escolas militares oficiais.

Antes vendidos para pais de alunos como uma chance para ingresso em colégios militares, foram transformados em campos de doutrinação ideológica de extrema direita e até treinamento para uso de armas.

A jornalista Vanessa Lippelt publicou no site “Congresso em Foco” uma longa investigação.

Nela, Vanessa relata a situação na “Academia Militar Mirim”. Seu proprietário, Maurício Almeida, informa que “a iniciativa é 100% privada” e que não há “nenhuma ideologia política que seja aplicada durante o curso”. Mas em vídeos disponibilizados na internet é possível assistir crianças, alunas da Academia Militar Mirim, encerrando suas atividades com o brado “Brasil Acima de Tudo”, grito de guerra das Forças Armadas incorporado ao marketing político do presidente Jair Bolsonaro.

Treinamento com réplicas de armas

A mesma reportagem denuncia com detalhes a organização paramilitar de um desses cursos, a Força Pré-Militar Brasileira (FOPE). “No manual, disponível na internet, é possível ver que a FOPE apresenta uma hierarquia dentro da escola emulando uma instituição militar de fato. Há o comandante pré-militar, o 1º oficial pré-militar, 2º oficial pré-militar, 1º sargento pré-militar, 2º sargento pré-militar” e assim por diante, até o recruta pré-militar.

Nas redes sociais deste curso é possível ver jovens com réplicas de fuzis e outras armas em treinamentos.

O aliciamento de crianças e jovens para entrar nesses cursos ocorre em todo lugar, inclusive dentro de escolas públicas. Segundo um professor da rede pública de Minas Gerais,

ouvido por O Trabalho, “homens com vestimentas de tipo militar entraram na escola em que leciono e começaram a passar em sala fazendo propaganda do curso, autorizados pela direção. Com tom autoritário, típico de militares, exigiam silêncio de jovens que não eram seus alunos, chamavam crianças de 13 anos de ‘senhores’, repreendiam qualquer comentário enquanto prometiam mundos e fundos da carreira militar, transmissão de ‘valores cívicos’ e treinamentos físicos.”

Alexandre Linares

Editorial

Quem pode pôr fim a essa agonia?

33 milhões de brasileiros passam fome, mais duas vítimas de assassinato na Amazônia e o execrável que habita o Planalto faz escárnio e se diverte em motociatas! Esta verdadeira afronta à nação brasileira e seu povo trabalhador só permanece porque, por cima, há quem o sustente. O Congresso comprado pelo centrão dono do orçamento secreto e que vota, dia sim outro também, medidas contra o povo, o judiciário que faz cara de quem não gosta mas deixa rolar, e “la nave va”. Bolsonaro segue sua rota destruidora.

O chocante dado de que 33 milhões de pessoas não têm o que comer, o desmantelamento da Funai, ocupada pelos milicos, que faz do Vale do Javari uma terra onde quem manda é bandido e assassino, como os que mataram Bruno e Dom, este é o retrato do Brasil herdado do golpe de 2016. Já lá, quando ficou claríssimo, para quem pudesse ter dúvida, o papel do Congresso e do Judiciário em benefício da classe dominante brasileira.

**É O POVO
QUE DEVE
DIZER QUE PAÍS
QUEREMOS**

Tirando a conclusão sobre aquela situação o PT, em seu 6º Congresso (2017), adotou uma resolução, reafirmada no 7º Congresso (2019),

que dizia: “é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, que revogue as medias anti-populares e antinacionais de Temer, reforme as instituições, fortaleça o Estado, realize a reforma tributária, empreenda a democratização das comunicações, a reforma agrária, com preservação ecológica, a reforma urbana e a proteção ambiental, a reforma do Judiciário, assegure e amplie a oferta e a qualidade dos direitos sociais, promova a justiça social e fortaleça a democracia”.

Desde então a situação só se agravou e esta necessidade é mais aguda ainda!

É este país que é preciso reconstruir e transformar: retirar da fome os milhões de brasileiros; retomar o fortalecimento dos órgãos governamentais que fiscalizam a Amazônia contra a ofensiva depredadora de madeireiros, mineradores e que tais; reerguer a educação pública; retomar direitos solapados...a lista é longa. E com o atual Congresso dominado pelo centrão – e assim seguirá pelas regras antidemocráticas que regem as eleições para Câmara e Senado - e este Judiciário – que extrapola, legislando sobre tudo, mas suspendeu o julgamento do marco temporal para demarcação das terras indígenas, para não melindrar o presidente, por aí não haverá saída. A saída é Constituinte com Lula!

São os trabalhadores que perdem salários e direitos, são os jovens que perdem o futuro, são os negros, vítimas de genocídio e de uma desigualdade por conta do racismo estrutural, são as mulheres, cada vez mais vítimas da desigualdade e da violência, são os trabalhadores sem-terra que não podem produzir porque a terra está na mão de poucos; são os indígenas que estão sendo dizimados, são os que passam fome, enfim é ao povo que é preciso dar a palavra! É daí que virão os votos para eleger Lula. Dar-lhes a palavra e o poder para dizerem que país queremos é o caminho para que um novo governo do PT desfaça o que deve ser desfeito (as medidas tomadas desde o golpe) e faça o que tem que ser feito (realize as reformas para uma transformação profunda do país).

Com o Diálogo e Ação Petista, mesmo se a esmagadora maioria do Diretório Nacional do PT rejeitou apresentar nas diretrizes de programa do Lula a proposta da Constituinte (pág. 20) reafirmamos: é o povo que pode colocar fim a esta agonia de todos os dias. Dia 2 de julho nos encontramos no ato pela “Constituinte com Lula”!

ASSINE O TRABALHO:

UM JORNAL INDEPENDENTE DOS PATRÕES E GOVERNOS



R\$ **10**/mês

 Acesso irrestrito no site

 Receba em casa pelo correio

 Assinatura por tempo indeterminado

OTRABALHO.ORG.BR/ASSINE

43
anos

O TRABALHO 

Planos de saúde têm reajuste acima da inflação

O reajuste de 15,5% dos planos de saúde individuais ou familiares, aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no fim de maio, é uma paulada no orçamento das famílias.

Dos 49,1 milhões de clientes de convênios médicos no Brasil, cerca de 8,8 milhões com contratos individuais (18% do mercado) devem ser duramente atingidos pela decisão, que vale para o período entre maio de 2022 e abril de 2023. Os outros 82% correspondem aos planos empresariais e coletivos por adesão, que têm reajustes negociados diretamente com as operadoras, e podem superar o teto. O reajuste nos planos individuais pode passar dos 40%, aí compreendidos a correção geral e o aumento por faixa etária.

Alta no custo de vida

Como explicou Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), ao jornal OESP, o peso das despesas com saúde nas famílias sem idosos alcança 6,09% do orçamento, enquanto o das famílias com idosos sobe para 16,29%. Fica evidente que é um fator central na alta do custo de vida. A perda de poder aquisitivo

pelo desemprego e pela inflação deixa pouca escapatória para o trabalhador, que frequentemente precisa cancelar planos ou optar por outros mais baratos, com cobertura menor. Os números da ANS mostram que o principal motivo para a troca de plano é a necessidade de um mais barato. 40% em 2020; 46%, em 2021; e em 2022, no período entre janeiro e abril, de 36% dos pedidos de mudança.

Pressão “constitucional” sobre o SUS

A necessidade dos planos está ligada ao sucateamento do SUS, que nessa situação será ainda mais sobrecarregado, sem os investimentos necessários. Mas se a situação piorou muito nos últimos anos, é a própria Constituição Federal (art. 199) que diz que “a assistência à saúde é livre à iniciativa privada”, criando uma brecha que direciona verbas públicas para as empresas. Na prática, o setor privado e o SUS concorrem por parte dos chamados “recursos assistenciais”. E um dos parâmetros usados para justificar os reajustes são as “despesas assistenciais” do setor privado, sobre as quais não há nenhuma transparência.

Sindicalistas do PT se jogam na criação da CUT

Duzentos e setenta e quatro delegados de dezesseis estados do país se reuniram no último final de semana (18 e 19), em São Paulo, no 2º Encontro Nacional de Sindicalistas do Partido dos Trabalhadores. Estavam



presentes Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, que compunham a mesa com Luiz Gushiken (diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo) (...). [As] resoluções do 2º Encontro afirmam ser “inadiável a construção da CUT. Devemos concentrar todos os esforços para garantir a realização do Conclat em agosto de 1983, em São Paulo, na perspectiva de constituir a CUT em conformidade com as linhas gerais do estatuto apresentado pelos sindicatos de bancários e metalúrgicos de São Bernardo do Campo”.

O Trabalho nº 204 – 23/6/1983



Partido



Militantes do DAP defendem a Constituinte em visita de Lula a Maceió-AL

Diretrizes do programa de Lula

Sem Constituinte, há um perigoso acomodamento

O favoritismo de Lula se confirma nas pesquisas (embora muitos eleitores ainda não tenham candidato). Em parte é uma reação aos outros candidatos ligados à elite beneficiada desde o impeachment, enquanto o povo passava dificuldade. Com certeza, o povão retém as estocadas de Lula nos ricos, em Biden, a defesa da Eletrobrás e da Petrobrás, e a promessa da volta da valorização do salário mínimo, por exemplo, como motivações programáticas. Mas não há discussão de programa na base.

Há poucos dias, “vazou” na imprensa uma versão das Diretrizes de Programa, logo depois aprovada por maioria na Executiva Nacional,

com emendas secundárias. O documento foi submetido aos sete partidos da aliança presidencial (PT, PCdoB, PV, Psol, Rede, PSB e SDD), e em uns dois meses deverá resultar num Programa.

A bandeira da Constituinte Soberana consta do “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, lançado pelo PT em setembro de 2020, conforme as resoluções do 6º e 7º Congressos do partido. Mas este ponto foi rejeitado para a plataforma da federação (PT-PCdoB-PV), e não entrou nestas Diretrizes - uma emenda teve dois votos dos membros da Articulação de Esquerda e do Diálogo e Ação Petista.

Revogação ou Revisão

Publicadas as Diretrizes, a mídia as tachou de “antigas” e não sintonizadas com o “estilo Alckmin”. A cúpula do partido não se fez de rogada, e pela imprensa mesmo adocicou a revogação da reforma trabalhista de Temer, que virou uma “revisão”. Será outro passo atrás do PT, saudado por certas centrais sindicais, sob um silêncio ensurdecedor da CUT: no programa, a campanha não começa bem.

De fato, as Diretrizes não têm uma dimensão transformadora, pela convocação de uma Constituinte Soberana, o que denota um perigoso acomodamento. Por exemplo, não há a revogação da reforma da Previdência de

Bolsonaro que reduziu direitos, sobrou “conciliar aumento de cobertura e com financiamento sustentável”, a conversa do mercado.

Quem paga a conta?

Outra questão: “o primeiro e mais urgente compromisso” das Diretrizes é com a “restauração das condições de vida, por meio de ações emergenciais”. Certo, ainda são diretrizes, mas o eleitor fica sem pistas de quais seriam elas. Uma diretriz deveria indicar pontos “de emergência” como o tabelamento de preços e o reajuste geral de salários.

Há boas intenções nas Diretrizes, como reindustrializar o país, não privatizar e apoiar as estatais, além de outras políticas públicas. Mas de onde vão sair os recursos, quem vai pagar a conta? E de que montante poderão ser esses recursos? Nas Diretrizes, não há mais que um trecho de frase: “corrigir a injustiça tributária ao elevar a taxaço sobre os muito ricos”. Mas aumentar de quanto? E dariam quantos bilhões “corrigir a injustiça”, sem mexer nos capitais dos grandes bancos e nas remessas das multinacionais? São questões concretas.

Tutela militar sumiu

Em defesa das instituições, as Diretrizes fazem um tortuoso elogio da “estrita definição pela Constituição das Forças Armadas a partir de diretrizes dos Poderes na defesa

do território”. Mas o artigo 142 justamente atribui aos “Três Poderes” a autorização para acionar as Forças Armadas para a “garantia de lei e ordem”. O que é uma aberração, pois numa democracia elas deveriam se dedicar a cuidar da defesa das fronteiras. Ignorar a tutela militar não é realista e não vai diminuí-la.

É como se os autores não soubessem que foi sob o manto negro das instituições destas Constituição que o STF deixou Lula injustamente preso 580 dias, e que foi de seu porão que saiu, e ainda governa intocável, o inominável do Planalto com seus generais! Os autores ignoram que a Constituição de 1988 foi desfigurada por 120 emendas as quais, como o Teto de gastos, para serem revogadas necessitam de 3/5 dos votos na Câmara e no Senado. O que as regras eleitorais atuais, sub-representadoras e distorcidas, bloqueiam de antemão.

Por tudo isso, o realismo recomenda abrir desde já o debate para, no novo governo, convocar-se uma Constituinte Soberana, unicameral, eleita pelo voto proporcional, em lista, com financiamento público exclusivo e cota de representação indígena. Se ela não foi proposta na letra das Diretrizes, ela virá nos fatos da vida.

Markus Sokol



Vereador Renato Freitas, ameaçado

O debate nos Encontros do PT

Registros de Alagoas, Distrito Federal e Pernambuco

Estão em curso Encontros Estaduais do PT e haverá um Encontro Nacional em 9 e 10 de julho, para definir os candidatos majoritários, as táticas eleitorais (alianças) e os programas.

São encontros com delegados tirados em 2019, no último “processo eleitoral direto”, muitos deles são virtuais, como será o Nacional, ou com delegações reduzidas. Aquém da energia e da participação que o PT já mostrou.

Constituinte em Alagoas

Em Alagoas, o Encontro foi em 28 de maio e teve 101 delegados. Por ampla maioria, ele recusou a tese da candidatura própria do PT para governador, trazida pelo Diálogo e Ação Petista, que obteve 13 votos. Foi acolhido o apoio a Paulo Dantas para governador e a

Renan Filho a senador, ambos do MDB.

O Encontro aprovou a candidatura única no PT do deputado federal Paulão com 11 candidatos à Assembleia Legislativa, onde um deles, o professor Luizinho, é membro do DAP.

No texto da tática, a intervenção do DAP conseguiu aprovar por consenso os 13 pontos de discussão do Programa de Emergência, inclusive uma “Constituinte com Lula para fazer as mudanças que o Brasil precisa”.

Constituinte em Brasília

Com 300 delegados, o Encontro do DF de 3 e 4 de junho, acatou a indicação pela cúpula do PT do nome de Leandro Grass, do PV, para governador. Para o Senado saiu Rosilene Corrêa do PT. Foi aprovado um documento da Executiva Estadual que inclui a luta para “avançar em reformas mais profundas do Estado brasileiro na perspectiva de uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática”. Questões como o “Não à Guerra” e a “Constituinte Com Lula”, entre outras, foram remetidas ao DR.

Entre as candidaturas a deputada distrital, está Meg Guimarães, militante do DAP.

Debate em Pernambuco

A luta pela Constituinte Soberana não foi aprovada no Encontro Estadual pernambucano. Na verdade, a direção nem queria, mas

acabou aceitando colocar o tema em discussão no plenário. Votaram a favor o DAP, o Avante e a Articulação de Esquerda totalizando 13 delegados.

O PT local apoia o deputado estadual Danilo Cabral do PSB para governador, mas a favorita é a deputada federal Marília Arraes que saiu para o Solidariedade.

Erika Suruagy, docente e militante do DAP, é candidata a deputada estadual.

Correspondentes

de 20 de junho a 7 de julho 2022

DIÁLOGO E
AÇÃO PETISTA

 /DapBrasil  /DapBrasil  /DapBrasil  <http://petista.org.br>

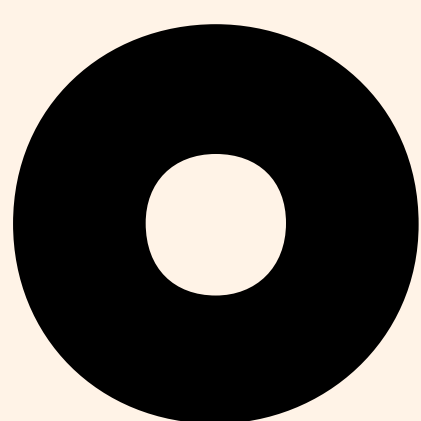
GANHA FORÇA O DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE

É o que se vê na organização e nos apoios ao ato nacional de 2 de julho

A discussão sobre a necessidade de uma Constituinte Soberana está ganhando envergadura. Não ainda uma bandeira assumida por milhões, como aconteceu no Chile e no Peru, para ficar em dois exemplos próximos. Mas sua aceitação cresce entre lideranças de partidos de esquerda, sindicatos e entidades populares e democráticas.

A preparação do ato nacional “Pela Constituinte com Lula”, promovido pelo Diálogo e Ação Petista e que será realizado dia 2 de julho, em São Paulo, tem sido um bom termômetro. Em vários estados, a militância do DAP redobra seus esforços para organizar as delegações e arrecadar os recursos necessários e, nessa batalha, tem recebido apoios importantes, de trabalhadores e jovens que ajudam a organização e de lideranças que garantem a participação no ato. Nesta página, alguns exemplos.

DIRIGENTE DOS SERVIDORES FEDERAIS GARANTE PRESENÇA



secretário-geral da Confederação Nacional Democrática dos Servidores Públicos Federais - Condsef, Sérgio Ronaldo, garantiu sua participação no ato Constituinte com Lula. Aqui ele explica sua decisão:

DAP- O que o levou a decidir participar do ato de 2 de julho?

Sérgio Ronaldo - Entendo que o ato é fundamental para o futuro do país, por tratar da necessidade de uma Constituinte. A atual Constituição foi transformada numa colcha de retalhos, num instrumento da burguesia e das elites. Por isso a importância de participar do ato Pela Constituinte com Lula, é uma perspectiva necessária.

DAP- Os servidores das três esferas lutam hoje por reajuste salarial de 19,99%, para repor as perdas dos últimos três anos. Como você vê a relação entre essa luta e a Constituinte?

SR - O governo tem atacado dura e sistematicamente o conjunto do funcionalismo público, seja federal, estadual ou municipal. Nossos direitos estão sendo jogados na lata do lixo. Várias prerrogativas constitucionais estão sendo desrespeitadas. Por exemplo, a data-base: o STF decidiu que o governo paga



Sérgio Ronaldo: Constituinte com Lula

se quiser. A luta pelos direitos tem tudo a ver com a Constituinte.

DAP- Quais as expectativas com a possível vitória de Lula?

SR - Nossas fichas todas estão sendo jogadas na eleição do companheiro Lula. A esperança do povo e da classe trabalhadora, a esperança da gente voltar a ter políticas públicas, a esperança de que Lula cumpra o que já disse em várias ocasiões, que ao assumir vai promover o “dia nacional do revogação”, para acabar com esses entulhos que eles implementaram a partir do golpe de 2016. É preciso revogar a reforma trabalhista e a da previdência, as terceirizações, as privatizações, a EC 95 do teto de gastos. Então, vamos lutar para eleger Lula, se possível já no primeiro turno para ter mais força para reconstruir o país.

BAHIA E MINAS: EMPENHO NA ARRECADAÇÃO

O encontro estadual do DAP baiano, há poucas semanas, decidiu pelo frete de um ônibus para levar a delegação do estado ao ato de 2 de julho. A partir daí, foi formada uma comissão com representantes dos vários grupos de base de Salvador para organizar a arrecadação de recursos.

Várias atividades foram encaminhadas: uma rifa, venda de camisetas e solicitação de contribuição a sindicatos e parlamentares, através de um “Call Center”.

Nas comunidades do Calabar e Pirajá, um grupo de mulheres petistas já está inscrito na delegação que irá a São Paulo. Elas também assumiram a tarefa de arrecadar recursos.

Nas últimas duas semanas antes do ato, a comissão deve ajudar a organizar as reuniões dos grupos de base nas comunidades para aprofundar a discussão sobre a Constituinte.

Trabalhadores rurais mineiros virão ao ato

Após uma discussão com militantes do DAP, dois dirigentes de trabalhadores rurais de Minas decidiram participar do ato Pela Constituinte com Lula. Eles militam na agricultura familiar, numa região que tem grande produção de café. Abaixo, o depoimento de um deles:

“Sou Geraldo Campos de Aguiar Júnior. Milito na Pastoral da Juventude Rural, sou um jovem agricultor familiar associado na Coafa - Cooperativa da Agricultura Familiar de Lajinha, em Minas Gerais. Soube do ato por intermédio de dois assessores do mandato do deputado Betão (do PT- MG e militante do DAP), Juanito e Farinhada, numa conversa sobre o DAP.

A luta pela Constituinte para nós é uma oportunidade de apresentar nossas pautas e também de fortalecer pautas de outros setores marginalizados que somam na luta pela Constituinte.

Há pontos de contato para a juventude camponesa que está na luta por uma reforma agrária, pela agroecologia e pelo acesso à educação para todos.”

Para viabilizar a participação no ato, decidiram, nesta época de colheita de café, destinar parte do que recebem por balaies colhidos para financiar a vinda, com a delegação do estado.

PERNAMBUCO



No dia 8 de junho, o DAP de Pernambuco realizou seu encontro estadual. Com a presença de 17 militantes de várias cidades, o encontro debateu a situação política, os efeitos das chuvas no estado e a organização da delegação para o ato em São Paulo.



ATO NACIONAL PELA “CONSTITUENTE com LULA”

2/JUL ÀS 15H
CASA DE PORTUGAL
AV. DA LIBERDADE, 602, SP

DIÁLOGO E

AÇÃO PETISTA



MORADORES DE OCUPAÇÃO ORGANIZAM PARTICIPAÇÃO

Uma série de reuniões vem ocorrendo na ocupação Douglas Rodrigues, na zona Norte da capital paulista, com o objetivo de organizar a presença de moradores no ato do dia 2 de julho.

O Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria que dirige a ocupação, decidiu aderir formalmente à campanha nacional e seus dirigentes se revezam nas reuniões e visitas de casa em casa. Foi impresso um bilhete individual que garante a entrada nos ônibus fretados que levarão os moradores. Nesse bilhete é preenchido o nome e telefone da pessoa, além da contribuição financeira que cada um pode dar para cobrir as despesas.

Estrangeiros

Uma das reuniões foi com os estrangeiros que residem na ocupação: 90 pessoas se reuniram numa assembleia à noite e aprovaram sua participação. Após a reunião, todos entraram nas filas que distribuía os bilhetes. 104 bilhetes foram preenchidos. Além do apoio à luta por moradia digna, os estrangeiros levarão ao ato a luta pelo direito ao voto, pois, mesmo residindo e trabalhando no país, são impedidos de votar pois não são naturalizados brasileiros.

A large crowd of people is gathered on a city street, likely for a protest or demonstration. In the foreground, several individuals are wearing red t-shirts with the text "AN DENKUN DO SERVICO PUBLICO" visible. Some people are holding up smartphones to record the event. In the middle ground, a group of people is playing large drums, and others are holding signs. The background shows urban buildings and a utility pole with wires. The entire image has a blue tint.

Luta de classe



Trabalhadores de Florianópolis se manifestam no primeiro dia de greve

Servidores de Florianópolis em greve

Mobilização é resposta ao problema que atinge conjunto da classe

No dia 14 de junho cerca de cinco mil trabalhadores da prefeitura de Florianópolis reuniram-se para avaliar as repostas do governo municipal à pauta de data-base.

A categoria votou pela entrada em greve a partir da meia-noite de quarta feira, dia 15, rejeitando a proposta da prefeitura de reposição de apenas 3% da inflação, avaliada em 12,47% no período.

Além da inflação a categoria luta por avanços no plano de carreira do magistério e do quadro civil, valorização salarial das auxiliares de

sala, piso dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, convocação dos aprovados nos concursos públicos e investimentos no serviço público.

Essa greve reflete a dura realidade da classe trabalhadora, inflação em disparada corroendo os salários e aumento dos itens básicos de sobrevivência (cesta básica, aluguel, gás de cozinha, transporte, água, luz).

Uma das palavras de ordem que animou uma gigantesca passeata pelo centro da cidade até a sede da prefeitura dizia: “por que parou, parou por quê? Parou porque o salário não dá mais para comer!”.

A tendência é o agravamento do problema mesmo nas categorias que já negociaram acordos salariais. As projeções do Banco Central prevêem até agora uma inflação de 8,8% para 2022, acima da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3,50%.

Desde já é urgente organizar a luta por aumentos salariais e tabelamento de preços da cesta básica, um combate que começa nos sindicatos de base, mas que precisa ser organizado pela CUT.

Renê Munaro

Médicos de São Paulo em luta contra demissão

Trabalhadores e população se mobilizam e exigem readmissão

Médicos das Unidades Básicas (UBS) da região do Butantã, na zona oeste paulistana, estão em greve desde 30 de maio, contra a demissão arbitrária do Dr. Marco Antonio, liderança local, que atua com os Pankararu, umas das poucas comunidades indígenas em território urbano no país.

São mais de 60 médicos, em 11 UBS, que estiveram mobilizados ao final de 2021 e início de 2022 contra a sobrecarga de trabalho com a pandemia, que agora reagem à demissão de um dos organizadores daquele movimento.

Descaso das Organizações Sociais (OS)

A demissão de Marco Antônio ocorreu sem direito ao cumprimento do aviso prévio, dois dias antes de sua posse no Conselho Gestor da UBS Real Parque, onde atua, contrariando o desejo de seus colegas que o elegeram para representar o segmento trabalhador no Conselho.

Além de liderança local na organização dos trabalhadores, o médico é especialista em Medicina de Família e Comunidade, preceptor do programa de residência médica da USP

e dá a assistência à comunidade indígena local há 5 anos, com trabalho reconhecido nacionalmente na área.

A entidade privada que administra a UBS, assumiu que não há nenhuma argumentação contra a qualificação profissional do médico, e não explicou a motivação do desligamento. De acordo com a OS SPDM “é direito da empresa não desejar mais o profissional na escala”.

Luta pelo SUS e pela Saúde Indígena

No dia seguinte a demissão, trabalhadores da saúde, a Associação Pankararu e moradores do Real Parque e Jardim Panorama realizaram um ato na unidade. Na mesma data, os médicos da UBS Real Parque se reuniram em assembleia e deliberaram a paralisação de suas atividades. Um amplo movimento de apoio ao Dr. Marco Antonio tomou forma rapidamente.

Em mobilização no dia 15 de junho, os médicos se encontraram em Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo, solicitada para se discutir critérios demissionais dos profissionais de OSs. Na sequência seguiram em ato para frente da prefeitura de São Paulo para reivindicar ao prefeito Nunes (MDB) a readmissão do médico e denunciar a perseguição política da OS aos trabalhadores, com total descaso a comunidade atendida.

Até o momento não há resposta da secretaria municipal de saúde sobre a readmissão do médico ou a continuidade da assistência à saúde da comunidade indígena.

Juliana Salles

Servidores de São Paulo exigem reposição de perdas

Categoria enfrenta o prefeito Ricardo Nunes e vereadores governistas

Os servidores municipais de São Paulo estão em campanha salarial. O SIND-SEP (Sindicato dos Municipais de São Paulo) em conjunto com o Fórum de Entidades do Funcionalismo, vem realizando uma série de atos para exigir o atendimento da pauta de reivindicações dos vários setores da categoria.

No dia 9 de junho um ato reuniu pelo menos três mil na porta da Prefeitura.

A novidade foi a paralisação feita pelo SIND-SEP e não seguida pelas entidades. Apesar da falta de unidade entre os sindicatos, vários locais de trabalho pararam suas atividades neste dia e vieram para o ato. Agora é necessário avançar para uma paralisação geral.

As manifestações têm contado com importante participação dos aposentados, que desde

abril tem o desconto de 14% implantado para a previdência municipal a partir da Emenda Constitucional 103 e lei municipal.

Por outro lado há uma ausência de professores, pois o SINPEEM (sindicato que reúne a maioria dos educadores) prioriza negociações com o governo sem convocação de assembleias com a categoria e sem luta.

Prefeito e vereadores preparam um golpe

A prefeitura tem um orçamento de R\$ 82 bilhões para este ano, mas guarda R\$ 32 bilhões enquanto a cidade segue sucateada e os servidores acumulam perdas salariais enormes que somam 45% desde 2015.

Para Vlamir Lima, secretário de Imprensa do Sindsep “o prefeito não quer dar reajuste salarial, quer empurrar para o ano que vem. Queremos valorização dos salários, queremos reajuste já para repor a inflação”.

Na véspera do ato foi aprovada na Câmara Municipal uma reestruturação da guarda civil metropolitana que divide a categoria e aplica um “subsídio” (em substituição aos salários e carreira), sem nenhuma negociação com as entidades sindicais.

Em reunião reservada com vereadores da base governista, o prefeito apresentou proposta similar para outras categorias, em especial da educação, sem qualquer discussão com as categorias.

Para Marilza, trabalhadora do Serviço Funerário isso mostra como os governantes tratam os servidores: “usam a gente e depois descartam como lixo. Não é fácil o que está acontecendo com a gente aqui. É tanta desigualdade, nossos colegas que morreram na pandemia e não pudemos nem fazer o luto, e nós carregamos a cidade nas costas. São canalhas”. É com esta disposição que os servidores enfrentam o prefeito Ricardo Nunes e exigem o atendimento das reivindicações.

João B. Gomes



Jornalista da Globo fazem passeata no Rio

Jornalistas avançam unidade contra patrões

Categoria enfrenta intransigência dos donos dos maiores veículos do país

Os jornalistas dos principais veículos de comunicação do país avançaram em sua unidade para enfrentar a intransigência patronal, que busca arrochar os salários da categoria.

As mobilizações têm unido jornalistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília que trabalham para os jornais “Folha de S.Paulo”, “O Estado de S. Paulo” e as Organizações Globo.

Esse confronto ocorre num cenário geral em que o controle de mercado de comunicação no país passa gradativamente para as mãos das grandes plataformas – Google, Facebook –, multinacionais dos EUA que atuam sem regulamentação no Brasil e que se apropriam

sem custos do trabalho jornalístico, dinamizando as bases das empresas brasileiras de comunicação. Os patrões assistem inertes a essa ofensiva. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) elaborou uma proposta de lei para taxar as plataformas e fomentar um fundo de sustentação do jornalismo no Brasil. A resposta dos patrões, entretanto, é jogar o peso da crise nas costas de quem trabalha.

Em 2021, os jornalistas de veículos impressos da capital paulista fizeram seis meses de campanha salarial até que, com uma paralisação de duas horas em novembro, conseguiram dobrar o patronato e corrigir os salários pela inflação de 8,9% (mesmo sem obter o retroativo integral à data-base). A campanha era de São Paulo, mas o movimento envolveu os jornalistas das sucursais do Rio e Brasília.

Sindicatos se articulam

Em 2022, esta unidade avançou. Em rádio e TV, os jornalistas de SP entraram em campanha em 1º de dezembro de 2021 e os jornalistas do Rio em 1º de fevereiro, mas nos dois casos a patronal ofereceu cerca de metade da inflação.

Frente ao impasse, os sindicatos de São Paulo e Município do Rio, passaram a se articular e realizar atividades simultâneas. Um momento histórico foi a realização de assembleia unificada, no início de junho, com a participação

de mais de 200 jornalistas das duas bases. Afirmou-se por unanimidade a exigência de correção integral dos salários, bem como a realização de reuniões presenciais nas portas das empresas nas semanas seguintes.

No segmento dos jornais e revistas do Rio, uma enorme assembleia virtual realizada em março teve um convite especial para que o presidente do Sindicato de São Paulo, Thiago Tanji, explicasse em detalhes a organização da paralisação realizada em 2021 pelos jornalistas paulistas. Com base nisso, organizou-se um movimento que, até o momento, já produziu três paralisações com ampla adesão – com as redações em trabalho presencial –, a primeira de duas horas, e as duas seguintes de quatro horas.

Os jornalistas saíram das redações e fizeram passeatas pelo centro do Rio. Para a categoria, coloca-se a discussão da greve para dobrar o patronato.

Agora, os jornalistas de jornais e revistas de São Paulo iniciam novas campanhas salariais, com a inflação batendo em 11,9%. Criam-se as condições para uma unificação das campanhas dos jornalistas contra a intransigência patronal.

Paulo Zocchi

O que significa o fim da ultratividade?

Decisão do STF reafirma prejuízo aos trabalhadores

“**P**arte dos metalúrgicos que trabalham em Osasco (SP) e nos municípios da região têm direito a gozar de estabilidade quando se encontram, por exemplo, a 24 meses de se aposentar, ou em caso de acidente ou doença que os incapacite a exercer suas funções anteriores. Mas outra parte, não”, explica Marcelo Mendes, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos (SindMetal) local.

Isso porque cerca de um terço da categoria trabalha em empresas nas quais não vigora nenhum tipo de norma coletiva negociada entre empregadores e empregados.

Os patrões se negam a renovar acordos, deixam de aplicar conquistas da categoria, “e deixam o pau quebrar!”, afirma Marcelo.

Um dos fatores para chegar a isso foi o fim da ultratividade das normas coletivas desde o início de 2017, por decisão liminar de Gilmar Mendes, depois reafirmada pela Reforma Trabalhista em novembro do mesmo ano. Agora, em 27 de maio, o Supremo Tribunal Federal corroborou, considerando que o princípio da ultratividade nesses casos é inconstitucional.

Mas, afinal: o que é a ultratividade?

Negociações coletivas realizadas pelas

entidades sindicais podem levar a Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho, que são instrumentos legais assinados por um sindicato de trabalhadores com uma empresa (Acordo Coletivo) ou com um sindicato patronal de empresas de determinado setor econômico (Convenção, a qual todos os estabelecimentos daquele setor são obrigados a cumprir), e têm prazo determinado, por exemplo, um ou dois anos.

Esses instrumentos podem estabelecer cláusulas econômicas como reajuste e piso salarial da categoria, ou sociais, como a estabilidade pré-aposentadoria.

Até 2017, a justiça trabalhista reconhecia que, ao final da validade expressa em um acordo coletivo ou convenção, as cláusulas contidas nesse documento continuavam valendo até que novo acordo fosse celebrado ou por mais 4 anos.

Sem a ultratividade, os patrões podem usar o prazo de vencimento para impor, nas negociações, reajustes baixos ou cláusulas prejudiciais. Ou podem simplesmente se negar a assinar novo acordo – como estão fazendo parte das empresas metalúrgicas de Osasco e região.

Marcelo lembra que se soma a isso a exigência, desde o início dos anos 2000, de acordo mútuo entre empregados e empregadores

para acionar a Justiça em caso de impasse nas negociações, o dissídio coletivo. “Como um sindicato patronal, sabendo que pode perder na Justiça, vai aceitar o mútuo acordo?” A única saída numa situação como essa é a greve.

Defesa de conquistas históricas

Na prática, trata-se da tentativa dos patrões de reduzir o custo da força de trabalho, retirando direitos que cada categoria conquistou e acumulou ao longo de décadas de luta, pois em geral cada acordo reproduz em grande parte aquilo que vinha dos anos anteriores, a depender da dinâmica de cada campanha salarial.

Para enfrentar essa situação, vários sindicatos no país passaram a assinar acordos nos quais as cláusulas sociais valem por dois anos. Outros, como o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, inscreveram na própria CCT dispositivos que simulam a ultratividade por um período de 90 dias após o fim da vigência.

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal federal cuja direção está subordinada ao Ministério das Comunicações do governo Bolsonaro, já são quase dois anos sem Acordo Coletivo vigente. A direção da EBC quer retirar direitos, mas os trabalhadores não aceitaram e entraram em greve, o que levou a um dissídio coletivo ainda não julgado. Enquanto

isso, a empresa deixou de praticar as cláusulas que ela não quer manter, como a gratificação natalina e a liberação de dirigentes sindicais. Os funcionários resistem junto aos seus sindicatos, para garantir os direitos através da luta.

Priscilla Chandretti

A photograph of a group of people, mostly women, sitting on a wooden bench in front of a light-colored building. The building has a balcony with a railing and a red curtain hanging from it. The scene is captured in a warm, orange-toned filter. The word "Nacional" is overlaid in white text in the center of the image.

Nacional



Famílias fazem filas para pegar ossos

Fome se espalha pelo país

Bolsonaro gera miséria e destrói políticas alimentares

Neste ano, 58,7% da população do país convive com insegurança alimentar em algum grau. São 125,2 milhões de brasileiros que ou não têm o que comer ou estão em risco de passar fome no próximo período. O país regrediu para um patamar tão ruim quanto o da década de 1990. É o que diz o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (8/7/22).

Tal insegurança subiu 7,2% desde 2020 (e 60% desde 2018).

Há hoje 33,1 milhões de brasileiros, 15,5% da população, em condições de Insegurança alimentar grave: aqueles que já não têm o que comer. Em 2013 tal contingente havia caído ao menor patamar: 4,2%. Com o desmonte das políticas públicas desde o golpe de 2016, mais de 25 milhões foram empurrados à fome, sendo 14 milhões apenas no último

ano e meio.

Somente quatro em cada dez famílias têm acesso pleno à alimentação (“segurança alimentar”). As demais seis dividem-se numa escala que vai das que estão preocupadas com a eminente possibilidade de muito em breve não ter mais o que comer, passando pelos que não têm comida garantida todos os dias, até os que já passam fome.

Desemprego, informalidade e arrocho salarial

Os dados do IBGE ajudam a explicar tal quadro desesperador: de 2014 até 2019, cerca de quatro milhões de postos de trabalho formais (com carteira) haviam sido destruídos e substituídos por informais. No pico da pandemia, a situação piorou muito. A (mediocre) recuperação desde então permitiu apenas retomar o patamar de 2019.

Enquanto isso, há no momento 33,2 milhões de trabalhadores “subutilizados”. São todos sub ou desempregados que (na última semana) ou procuraram emprego e não acharam (14,8 mi), ou não puderam (por desalento ou outro motivo) procurar (11,4 mi), ou que querem emprego integral mas trabalham apenas meio período (sete milhões). Tais “subutilizados” – que também cresceram muito no auge da pandemia, recuando mais recentemente – mantêm-se no nível da média de 2017-2019. E são hoje quase 12 milhões a mais do que

em 2014.

Tal quadro de desemprego, junto com a dificuldade em recuperação salarial e com a disparada da inflação, acumulada em quase 30% apenas durante o governo Bolsonaro, faz derreter a renda das famílias trabalhadoras – sobretudo as mais pobres. Os 5% da população com menor renda, por exemplo, tiveram queda de 34% no rendimento médio de 2020 para 2021.

Destruição de programas alimentares

O tenebroso retorno da fome é causado pela política criminosa de Bolsonaro, não apenas seus tetos de gasto e suas contrarreformas (trabalhista e previdenciária), que aumentaram o desemprego e a precarização. Mas também sua destruição dos programas de alimentação, abastecimento e auxílio à agricultura familiar (voltada à produção de comida ao povo) e de preços administrados.

O governo está desmantelando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que regulava a distribuição de alimentos. Em 2019, Bolsonaro fechou 27 armazéns da Conab fazendo com que, por exemplo, o estoque de arroz caísse de mais de um milhão de toneladas em 2015 para apenas 22 (!) em 2020.

Agora ele abandonou o Programa de Aquisição de Alimentos (criado por Lula em 2003 e renomeado agora como “Alimenta Brasil”).

Seu orçamento, que chegou a ter quase R\$ 1 bi em 2012 não deve chegar a R\$ 100 mil. O programa repassava verbas à Conab, estados e municípios para adquirir alimentos de pequenos agricultores e distribuí-los gratuitamente a creches escolas, Cadastro Único etc. O número de unidades recebedoras caiu de 17 mil em 2012 para 2,5 mil em 2020. E os fornecedores caíram de 129 a 31 mil.

Alberto Handfas

SALÁRIO MÍNIMO NÃO PAGA CESTA BÁSICA

Bolsonaro acabou com a política de valorização do salário mínimo, que garantia aumento real, criada nos governos do PT. Em maio, o valor da cesta básica ampliada divulgada pela Fundação Procon de São Paulo, custou R\$ 14,12 a mais do que o salário mínimo na capital paulista.

A cesta ampliada subiu 1,36% em maio, para R\$ 1.226.12 – o piso nacional está em R\$ 1.212 desde janeiro de 2022, quando foi reajustado em 10%, sem o aumento real garantido pela política de valorização.

Quatro meses depois, o valor do mínimo já é insuficiente para comprar uma cesta básica ampliada, cujo valor subiu 12,69% no acumulado do ano. Em 12 meses, a alta é de 18,07%, segundo a Fundação Procon-SP.

No Brasil hoje, 36,4 milhões de trabalhadores formais e informais ganham o salário mínimo. No governo de Dilma Rousseff este índice era de 27,7%.e com Bolsonaro atinge seu ápice com 38,22%.

O fim da política de valorização do salário mínimo atingiu também 24,4 milhões dos 36,5 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem o piso.

MP 1099: trabalho sem direitos

Bolsonaro aprova medida que retoma princípios da carteira verde amarela

O governo Bolsonaro sancionou em 16 de junho a Medida Provisória 1099/22 que autoriza municípios a contratarem jovens de 18 a 29 anos e pessoas desempregadas há pelos menos dois anos e acima dos 50 anos de idade, por um pagamento inferior ao salário-mínimo, sem descanso semanal remunerado, férias, 13º, previdência e outros direitos.

Com o pomposo nome de “Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário” a medida foi aprovada pelo Congresso, onde recebeu uma emenda da deputada governista Bia Kicis (PL) para ampliar sua duração de 11 para 24 meses.

Valendo desde o final de janeiro, a medida procura “incentivar os municípios a ofertar atividades de interesse público, sem vínculo empregatício ou profissional de qualquer natureza” (texto da medida) com a desculpa que pretende mitigar os “impactos sociais causados pela pandemia” e “auxiliar na inclusão produtiva do jovem no mercado de trabalho”.

O “trabalho voluntário” seria compensado por uma bolsa para uma jornada de até 22 horas semanais e limite de oito horas diárias com valor de R\$ 5,05 por hora trabalhada,

perfazendo uma remuneração máxima mensal de R\$ 499,95 (para quatro semanas e meia), não só muito inferior ao salário-mínimo (R\$1.212,00) mas inferior inclusive à proporcionalidade do mínimo para 44 horas semanais.

A lei prevê prioridade para contratação de pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda ou de famílias cadastradas no CadÚnico (instrumento que identifica famílias de baixa renda), limitada a uma pessoa por núcleo familiar. A “bolsa” pode ser acumulada com o benefício.

Uma emenda do senador Paulo Rocha (PT-PA) que propunha incorporar algumas garantias trabalhistas como recolhimento para a previdência social, folga semanal e possibilidade de afastamento das atividades por motivos de saúde, foi rejeitada.

A medida prevê ainda que o “voluntário” não poderá exercer função que “configure substituição de servidores”, mas, com a escassez de auditores fiscais do trabalho no país, não é difícil prever que isso será driblado, especialmente nos pequenos municípios.

Luã Cupolillo



Bruno e Dom

Justiça para Bruno e Dom!

Servidores da Funai fazem greve

Julgar os assassinos confessos ainda não fará justiça ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista inglês Dom Phillips.

Servidor público concursado, experiente e respeitado pelos colegas ("é um gigante!") Bruno foi Coordenador Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato.

Em 2019, depois de dirigir uma operação que expulsou centenas de garimpeiros da Terra Yanomami, em Roraima, ele foi exonerado com outros 10 Coordenadores Gerais, dos 15 existentes. Era a "foiçada na Funai", prometida por Bolsonaro.

Com a Funai colonizada por gestores anti-indígenas, a começar pelo presidente Marcelo Xavier, delegado da Polícia Federal, assessor de ruralistas, Bruno pediu licença sem remuneração e integrou como voluntário a União dos Povos Indígenas do Vale do

Javari-Unijava.

Diante do desaparecimento de Bruno e Dom, os servidores da Funai entraram em mobilização, com greve, no DF, exigindo: a) retratação da Funai das difamações assacadas contra Bruno, Dom e a Unijava; b) envio de forças de segurança para garantir a integridade física dos servidores presentes nas bases da região; c) envio de força tarefa de funcionários para reforçar essas bases.

Declarando-se "consternados, angustiados, horrorizados e desesperados", os servidores no Vale do Javari agradeceram a solidariedade dos grevistas. Além de perseguições administrativas, todos estão sujeitos à mesma sorte de Bruno e Dom simplesmente por realizar seu trabalho.

Uma plenária nacional com quase 200 servidores, deliberou por um Ato Nacional com greve, dia 23/6, levantando como uma das exigências "Fora Xavier e sua gestão antiindigenista!"

Milicos comandam a Funai

Hoje, apenas duas das 39 Coordenações Regionais da Funai são chefiadas por servidores do órgão; 19 são ocupadas por militares, três por PMs e dois por PFs. Seis homens da Força Nacional são encarregados de vigiar uma área de 85 mil quilômetros quadrados. Os programas sociais em favor da população

ribeirinha, implantados em 2011, foram descontinuados.

O resultado foi a transformação do Vale do Javari numa terra sem lei, território livre para narcotraficantes, madeireiros e garimpeiros ilegais, aliciando a população local para o crime organizado - como certamente é o caso desses assassinos.

No seu trabalho de servidor público, Bruno contrariou muitos interesses. Também forneceu às autoridades policiais um mapeamento das organizações criminosas presentes no Vale do Javari.

Revisar os processos em que ele atuou nos últimos anos e buscar as razões de seu afastamento do cargo que exercia fornecerá a pista para chegar aos responsáveis últimos pelo crime.

Edison Cardoni

Presença de militares no governo cresceu 193%

Ocupação de cargos e benesses, a lambança dos milicos com Bolsonaro

A presença de militares nos escalões do governo federal cresceu 193% de 2013 a 2021. É o que aponta o estudo de Flávia Holanda Schmidt, do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Não foi um crescimento apenas numérico: a participação dos militares aumentou significativamente nos níveis 5 e 6, de maiores remunerações e mais poder decisório.

Soma-se a isso o fato de que os militares das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), como servidores públicos, vêm tendo reajustes salariais muito superiores aos obtidos em média pelo conjunto os servidores, que reivindicam uma reposição de 19,99%.

O peso dos militares no governo tem um significado político que é impossível passar despercebido. Desde o fim do regime militar não se via tanta interferência política dos fardados.

É claro que esta é uma situação que Bolsonaro alimenta e cujo desenvolvimento promove. Com suas pretensões golpistas, ele tem na presença dos militares em seu governo um baluarte.

O colunista Jack Nikas publicou artigo no jornal “The New York Times”, edição de 12 de junho, no qual analisa possíveis consequências dessa quase onipresença militar no governo Bolsonaro. Ouvindo militares, políticos e até membros do Poder Judiciário, ele afirma que Bolsonaro teria apoio dos militares para promover um golpe de Estado caso Lula seja eleito. Os ataques de Bolsonaro ao STF, TSE e às urnas eletrônicas preparam o

terreno, não sem o concurso direto dos militares, que se dizem “desprestigiados”, e a complacência do Judiciário, que busca acomodar as coisas.

Roberto Salomão

Esta tal suprema corte

STF, guardião da ordem contra o país e o povo

Nos rompantes golpistas Bolsonaro ataca, principalmente, o STF, é verdade. Há rusgas? Há! Mas nada que realmente atinja, de fato, Bolsonaro. Depois de uma estocada sempre vem um aceno de “convivência republicana” por parte dos ministros togados. Esta tal suprema corte é a que garantiu o golpe contra Dilma, a prisão injusta de Lula e deu as “garantias jurídicas” para que a excrecência chegasse onde chegou e lá continue.

O STF é o garantidor da desordem que impera no país, sob a batuta de Bolsonaro e, pretendendo ser a 3ª via que a burguesia e seus partidos não conseguiram decolar, vai legislando no âmbito parlamentar, trabalhista e de segurança pública. Com que objetivo? Manter a ordem institucional que condena nosso país à submissão aos interesses imperialistas.

A história desta tal suprema corte vem de

longe. Para não afastar muito no tempo, lembremos, o STF cacifou a Lei da Anistia que livrou a cara dos torturadores e assassinos da ditadura militar.

O bárbaro assassinato do indigenista Bruno e o jornalista Dom, escancarou a ação criminosa – de fazendeiros, madeireiros, mineradores, etc - contra os povos indígenas. Nesta situação, o STF, quando mais de 300 demarcações de terras indígenas estão em aberto, adiou “sine die” o julgamento do marco temporal pretendido pelo governo, contra o qual lutam os indígenas. Mais dois brutais assassinatos na região amazônica e o STF lava as mãos! Aliás, foi esta mesma suprema corte que deu aval à medida Bolsonaro/Moro, em 2020, para a Polícia Rodoviária Federal, que ofereceu seu carro como câmara de gás para assassinar Genivaldo no Sergipe, participasse de ações de investigação e inteligência.

Mas a suprema corte, por outro lado, é ligeira no julgamento de questões que atacam os trabalhadores.

Dois julgamentos recentes. O STF cacifou o fim da ultratividade (ver pág. 7). Ao dar seu voto pelo fim da ultratividade, o ministro Gilmar Mende justificou que tratava-se “de uma lógica para beneficiar um dos lados”. Então a tal suprema corte decidiu beneficiar só o outro lado, os patrões.

O STF decidiu também, que o negociado prevaleça sobre o legislado, nos acordos entre trabalhadores e patrões. “(...) o Supremo bateu o martelo no sentido de que acordos coletivos e convenções podem, sim, limitar ou suprimir direitos dos trabalhadores (..).” (Estadão, 5 de junho).

A tal suprema corte escolhe seu lado. Isto não deixa evidente que destilar a falsa e nociva ilusão na tal suprema corte, como guardiã da ordem, é um erro? Que ordem? A dos poderosos. Que ao povo seja dada a palavra para dizer que Judiciário o país precisa. Constituinte neles!

Misa Boito

A diverse group of people, including men and women of various ages and ethnicities, are shown smiling and clapping. The image is overlaid with a solid purple color. The word "Internacional" is written in white, bold, serif font across the center.

Internacional



Eleitos, Petro e Francia comemoram a vitória

Petro e Francia abrem portas na Colômbia!

Derrota do regime pró-EUA impacta toda a América Latina

A vitória de Gustavo Petro e Francia Marquez da coalizão Pacto Histórico – 50,4% dos votos contra 47,3% do direitista Rodolfo Hernández – no 2º turno das eleições presidenciais na Colômbia em 19 de junho, é o resultado direto das grandes mobilizações, em particular do “Paro Nacional” de maio-junho de 2021, que, em meio à pandemia, colocaram contra as cordas o governo Duque e solaparam os partidos tradicionais da burguesia local.

Esse resultado é também uma derrota do imperialismo dos EUA, cujos governos, democratas ou republicanos, fizeram da Colômbia

um “porta-aviões” de seus interesses na região. O país, membro da OCDE e aliado da Otan, sob pretexto do combate ao narcotráfico, tem sete bases militares dos EUA em seu território, do qual partiram, por exemplo, ameaças de intervenção militar na vizinha Venezuela recentemente.

Enormes desafios

Nada será fácil para que Petro e Francia, a primeira negra a ocupar a vice-presidência, governem de acordo com os interesses da maioria explorada e oprimida do povo colombiano. Os problemas estruturais do país são similares aos do Brasil e outros países vizinhos: uma desigualdade social brutal, aumento da miséria e desemprego, uma elite predatória, racista e vendida ao imperialismo. Some-se a isso a violência, herdada de décadas de “guerra suja” contra guerrilhas, preservada por grupos paramilitares que contam com cumplicidade no interior das Forças Armadas.

Reforma Agrária, concluir o processo de paz com a guerrilha, interrompido no governo Duque, retomar a atividade econômica produtiva no país para criar empregos, foram as prioridades anunciadas por Petro na campanha. Mas para que seu governo, como disse Francia Marquez na comemoração da vitória, “seja o governo dos que não são ninguém, da dignidade e da justiça social”, será preciso

que se apoie na mobilização popular e nas organizações do povo trabalhador permanentemente, fugindo do impossível consenso com seus inimigos históricos. É o que esperam os povos de toda a América Latina.

Lauro Fagundes

EQUADOR, EXPLOSÃO CONTRA ALTA DE PREÇOS

A Confederação das Nações Indígenas do Equador (CONAIE) convocou em 13 de junho um “Paro Nacional” contra a alta dos preços dos combustíveis e víveres. No fechamento desta edição completava-se uma semana de atos, manifestações, bloqueios de estradas em vários pontos do país. Ele não é tão forte quanto o “Paro” ocorrido em outubro de 2019, segundo companheiros do Equador, e ainda não atinge Guayaquil, centro econômico do país, mas vem crescendo.

O governo Guillermo Lasso (direita) pediu à Assembleia Nacional o “estado de emergência” em três províncias do país - Pichincha, onde fica Quito a capital, Imbabura e Cotopaxi - para poder usar as Forças Armadas na repressão. Além dos indígenas, outros setores populares e sindicais, vêm aderindo ao “Paro” e se organizam marchas à Quito. O presidente da CONAIE, Leônidas Iza, afirma que o movimento é por tempo indeterminado até a redução dos preços da gasolina e do óleo diesel.

Cúpula das Américas de Biden foi um fiasco

É a crise de dominação e também interna do imperialismo dos EUA

Apenas 23 dos 35 chefes de Estado de países da região compareceram à 9ª Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles (6 a 10 de junho). Se o objetivo da Casa Branca

era reafirmar o seu papel de líder na região que considera seu “quintal”, num momento crítico com a guerra na Ucrânia e o envolvimento direto do imperialismo ianque, via Otan, na escalada armamentista, o tiro saiu pela culatra.

Apenas uma declaração sobre “Migração e proteção”, assinada por 20 países, foi adotada. Mas a ausência do presidente do México, López Obrador, em protesto contra a exclusão de Cuba, Venezuela e Nicarágua do evento, e dos presidentes de Honduras, El Salvador e Guatemala, os dois últimos de direita, países de onde sai a maioria dos que buscam uma vida melhor nos EUA, retiram força dessa declaração.

A declaração se resumiu a pedir “apoio financeiro aos países que recebem migrantes”. Nesse sentido, a doação de 300 milhões de dólares feita por Biden é nada, se comparada aos 40 bilhões dados à indústria de guerra “made in USA” para armar a Ucrânia!

Aliança para a prosperidade?

Os EUA fizeram a proposta de Aliança das Américas para a Prosperidade Econômica, para que suas grandes empresas acessem matérias primas e recursos naturais exigidos pelas “novas tecnologias de energia limpa”, aproveitem mão de obra barata instalando-se mais próximas ao mercado estadunidense,

competindo com a China e seus investimentos na região, que cresceram nos últimos anos. Entretanto, a Cúpula foi um desastre político para Biden, criticado até por aliados fiéis pela exclusão dos três países “não democráticos” à véspera de sua viagem à Arábia Saudita! - Some-se a constrangedora entrevista com Bolsonaro, à véspera de eleições na Colômbia e Brasil, e temos a medida do fiasco dessa Cúpula.

A crise política interna nos EUA é grande, há protestos sociais importantes (aborto, armas), retomada da atividade sindical e impopularidade de Biden. Mas o imperialismo norte-americano segue sendo a principal força de opressão e dominação na América Latina e como tal deve ser combatido sem trégua.

Julio Turra

Saiu a revista “A Verdade” 110

Rumo ao 10º Congresso da 4ª Internacional

O cenário mundial às vésperas da abertura da Guerra na Ucrânia é o objeto de análise do número 110 da revista “A Verdade”. O conjunto de discussões integra a preparação do 10º Congresso da 4ª Internacional, a se realizar num momento em que a crise mundial do capitalismo se aprofunda de maneira inédita.

Como disse Lênin há pouco mais de um século, o imperialismo é a fase das guerras e revoluções. Encurralado pelas contradições insolúveis do mercado mundial e as tensões crescentes delas decorrentes, o imperialismo lança mão da guerra.

A Rússia, controlada por oligarcas surgidos da derrocada do Estado soviético, inicia uma guerra intercapitalista pelo controle de mercados, confrontando a pressão crescente do imperialismo estadunidense em território europeu. É uma guerra contra os povos ucraniano e russo, usado pelos governos do mundo inteiro para atacar os direitos democráticos e trabalhistas.

“Na raiz de toda esta situação, está a decomposição e o apodrecimento do sistema de exploração capitalista. Massas colossais de capital acumulam-se e não conseguem se

A VERDADE

REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL



DETALHE DE "HOMENAJE A LA CUARTA INTERNACIONAL" AFRESCO DE DIEGO RIVERA NO PALACIO DE BELLAS ARTES DO MÉXICO, RESTRATANDO LEON TROTSKY, FRIEDRICH ENGELS E KARL MARX

RUMO AO 10º CONGRESSO MUNDIAL DA 4ª INTERNACIONAL

**A DESAGREGAÇÃO DO
MERCADO MUNDIAL
COMO EXPRESSÃO DA
CRISE DO CAPITALISMO**



EDIÇÃO
Número 110
ABRIL DE 2022

valorizar num mercado mundial demasiado pequeno para o capital”, analisa o editorial desta edição.

A revista “A Verdade” 110 traz ainda um relato

de um debate com jovens sobre a questão da ecologia (abordada no número 109) e matérias de análise e acompanhamento da situação na China, na Venezuela e em Guadalupe e Martinica.

Na França, Macron derrotado

A coalizão de Mélenchon consegue mais de 130 cadeiras

O segundo turno das eleições legislativas neste dia 19 foi uma paulada no presidente Macron, recém-reeleito há poucas semanas. Com 245 cadeiras, perdeu a maioria que tinha na Assembleia Nacional de 577 deputados. No sistema institucional da 5ª República, Macron ficou fragilizado, a ponto de capas de jornal e analistas falarem de “ingovernabilidade”. A direita gaullista encolheu, e a extrema-direita de Le Pen obteve 89 cadeiras. A abstenção chegou a 54%.

O partido de Jean-Luc Mélenchon, a França Insubmissa, deve crescer dos 17 atuais para, pelo menos, 70 deputados, à cabeça da coalizão Nupes, Nova União Popular, Ecológica e Social, formada nas legislativas com o PS, os Verdes e o PCF.

Abaixo, a fala de Mélenchon na noite da apuração.



Capa do jornal Le Parisien diz "ingovernável"

“A erupção tem o rosto da União Popular”

“Olhemos o que está acontecendo. É uma situação inédita: a derrota do partido presidencial é total e não há qualquer maioria (parlamentar) à vista.

Atingimos o objetivo: em menos de um mês, derrubar quem com tanta arrogância torceu o braço de todos para ser eleito, sem que ninguém soubesse para quê.

A França se expressou, mas de forma insuficiente. O nível de abstenção ainda é muito alto. Isto significa que grande parte da população não sabe para que lado se virar. Tanto

que os três blocos das eleições presidenciais continuam em proporções quase idênticas.

Acima de tudo, o fracasso eleitoral do macronismo é total. É o fracasso moral dessas pessoas que davam lições de moral a todos, afirmando serem a barreira à extrema-direita, mas que reforçaram as suas fileiras: de 65 casos (de circunscrições) onde disputavam a Nupes e o RN de Le Pen, em 52 casos os pregadores macronistas não deram uma orientação de voto. Isto os desqualifica a dar lições de moral a quem quer que seja.

Para todos vocês, minha mensagem é de combate. Em particular à geração jovem, que são os que clamam com mais força por uma ruptura com este mundo e suas regras de organização.

Vocês têm à sua disposição uma magnífica ferramenta de combate da qual foram privados por tanto tempo. Esta ferramenta são a Nupes, seus parlamentares, trabalhadores e trabalhadoras, de todos os tipos, de todas as regiões da França, chegando às dezenas na Assembleia Nacional.

O macronismo faliu e mergulhou o país em um impasse. Ouvimos que era uma questão de “superar as clivagens”. Não há divisões a serem superadas conosco, porque não somos do mesmo mundo, não temos o mesmo objetivo, não temos os mesmos valores, não

acreditamos no mesmo futuro.

A grande erupção da história, das profundezas da França das rebeliões e revoluções, tem agora um rosto, o rosto do nosso coletivo, o rosto da União Popular.

Os desafios mais extraordinários vão se acumular, seja a mudança climática ou a grande crise financeira. De qualquer lado que vocês olhem este planeta moribundo, será necessário dar respostas fulminantes.

Nem por um momento abrimos mão de nossa ambição de governar este país e levá-lo a outro horizonte. Nem por um momento os trabalhadores vão desistir. Nem por um momento os jovens dirão que estão cansados.

Não duvidem de vocês mesmos. Nunca cedam à impaciência. Pensem que toda dificuldade tem duas faces: a que se opõe a vocês e a da oportunidade que ela lhe oferece. Quanto maiores as convulsões, maiores as oportunidades. A França é uma nação política, mesmo que se abstenha muito e se expresse pela abstenção.

Jamais desprezemos nosso povo. Ouçamos sempre com atenção tudo o que diz. Em sua paciência infinita ele mostrou que é capaz de julgar, decidir e avançar. Esse é o mandato que vocês têm esta noite.”

Correspondente

“Os resultados franceses nos mostram o caminho”

É o que afirma De Magistris, ex-prefeito de Nápoles, Itália.

“**O**s resultados franceses nos mostram o caminho”, disse Luigi de Magistris, ex-prefeito de Nápoles, no dia seguinte ao primeiro turno das eleições presidenciais. “Também em nosso país, vimos que há um eleitorado potencial que quer uma esquerda nova, antiliberal e pacifista”. Ele acrescentou: “O resultado de Mélenchon é extraordinário e espero poder construir com ele uma frente europeia de esquerda inovadora e radical. Nos encontramos em Nápoles em 2018 (...). Concordamos muito rapidamente”.

Em uma entrevista coletiva realizada em 28 de abril na câmara dos deputados em Roma, ele anunciou o lançamento de um movimento com o grupo ManifestA **1** de deputados, Refundação Comunista e Potere al Popolo.

Reunir quem está pela ruptura

Ele explicou: “Estamos construindo uma coalizão popular que, a partir das necessidades da população, possa reunir aqueles que, para além das diferenças, num momento tão dramático, concordam em tomar o caminho da ruptura com o sistema e realizar

uma alternativa política, econômica, social e cultural”.

O desafio de De Magistris é criar algo mais do que uma reunião simbólica: “Queremos construir uma proposta de ruptura, mas também de governo. Queremos nos unir àqueles que não se reconhecem nas políticas liberais, como uma alternativa à política de Draghi e contra a economia de guerra”.

Uma aliança com o Partido Democrático (PD) **2**? “Impossível, responde ele. Já era difícil antes, mas a guerra marcou uma divergência ainda mais clara. Vamos construir uma alternativa ao draghismo, ao liberalismo e à economia de guerra... pode haver uma política de ruptura com o liberalismo, as privatizações, a degradação moral e a devastação ambiental”.

Aquele que foi prefeito de Nápoles de 2011 a 2021 pretende construir “uma esquerda autônoma que não busque um meio assento em troca de um acordo com o PD”. Uma esquerda de luta, mas que também é capaz de governar, que pode ser confiável. O PD e o M5S (Movimento Cinco Estrelas) hoje são forças que votaram para aumentar os gastos militares e enviar armas para a Ucrânia. Não têm nada de esquerda.

Suas prioridades: “Vamos nos concentrar no salário mínimo, vamos reverter o equilíbrio

de poder entre as pessoas e o capital, reduzir o tempo de trabalho, fazer o reequilíbrio fiscal em favor dos mais fracos. Repensar as políticas energética e ambiental, reduzir os gastos militares em favor da saúde e da educação, a luta contra a máfia, uma política externa que não seja submissa aos interesses americanos” (...).

“Queremos dar a palavra à maioria dos italianos que não estão alinhados com a mentalidade única dos que promovem a guerra. Estou preocupado com a subordinação da Europa aos EUA”, disse ele, “e não aceito que ninguém que critique as escolhas feitas pela Otan seja rotulado como pró-Putin. Os amigos de Putin, de Berlusconi a Saviani, estão no governo com Draghi. Nós já condenamos a escolha de Putin em termos inequívocos, é um crime. E os países ocidentais não fizeram nada, inclusive Zelensky, para evitar este resultado. Já estamos em guerra e ninguém nos diz”.

1 Novo grupo parlamentar, “social, pacífico e ecológico”, ligado à Refundação Comunista e ao Potere al Popolo.

2 Partido criado em 2007, que reúne correntes do Partido Comunista e da Democracia Cristã.



CC/Wikimedia

Crianças da Somália aguardam ajuda humanitária com alimentos

Espectro da fome atinge o mundo

Preços dos alimentos já estavam em alta, o que a guerra contra a Ucrânia agravou

A guerra na Ucrânia agravou o problema mundial da fome. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2021 os preços de alimentos subiram globalmente 23%, depois de anos de relativa estabilidade. Com a invasão da Ucrânia ordenada pelo presidente russo, Vladimir Putin, em fevereiro, a elevação poderá atingir níveis inéditos.

Rússia e Ucrânia são grandes produtores de alimentos. Juntos, os dois países respondem por um quarto das exportações globais de trigo e um quinto das de cevada e milho, além de fornecermem mais da metade de óleo de girassol. Estima-se que 12% de todas as calorias consumidas no mundo saiam das

duas nações.

O conflito fez os preços dispararem, porque a oferta diminuiu drasticamente. O trigo, por exemplo, que já estava 53% mais caro no início do ano, teve nova alta de 6% em maio.

A Rússia é também grande produtora de nutrientes, como potássio e fosfato, utilizados na fabricação de fertilizantes. Esses insumos tinham encarecido, no ano passado, em decorrência da alta de preços do gás natural. Agora, a elevação será ainda maior, o que afetará as vendas.

A diminuição no uso de fertilizantes levará a uma queda nas próximas safras e consequente aumento de preços, numa cadeia de alta de custos que agravará o fornecimento de alimentos.

“Agitação política”

Para o FMI, três crises compostas – guerra na Ucrânia, Covid e mudanças climáticas – dão origem a outra: a fome. O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou em 18 de maio que existe a ameaça do “espectro de uma escassez global de alimentos” que poderia durar anos.

Matéria da revista britânica “The Economist” expõe a gravidade do problema: “O alto custo de alimentos básicos já elevou o número de pessoas que não conseguem garantir comida suficiente em 440 milhões, para 1,6 bilhão.

Aproximadamente 250 milhões de pessoas estão à beira da inanição. Se, como parece provável, a guerra se arrastar e as exportações da Rússia e da Ucrânia forem limitadas, outras centenas de milhões de pessoas poderiam chegar à miséria”.

A publicação reflete sobre o que pode ocorrer: “A agitação política se espalhará, crianças terão seu crescimento afetado e pessoas morrerão de fome”. O temor dos poderosos é que, antes de morrer de fome, as pessoas serão levadas a lutar contra isso.

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) atribui à guerra um “risco agudo tanto de crises econômicas em alguns países, como de desastres humanitários e forte aumento da pobreza e da fome” (Valor, 8/6). A estimativa da organização é de crescimento global neste ano de apenas 3%.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o número de pessoas sem acesso a alimentação suficiente voltou aos níveis de 20 anos atrás. No mês passado, o mundo tinha 869 milhões de seres humanos desnutridos. Lutar contra a guerra e seus promotores faz parte do combate para deter essa barbárie – inerente ao sistema capitalista – que ameaça a humanidade.

Cláudio Soares

Russos manifestam-se contra a guerra

Tomadas de posição contra o conflito ocorrem, apesar da repressão de Putin

No dia 3 de junho, a guerra entre as duas ex-repúblicas fraternas soviéticas completou cem dias de assassinatos e horrores. As autoridades russas afirmam ao mundo que toda a sociedade russa apoia as ações ordenadas por Vladimir Putin na Ucrânia. Não é assim!

A primeira e mais importante ação de protesto são os piquetes e manifestações. No final de fevereiro e início de março, esses piquetes eram maciços e diários no centro das cidades da Federação Russa. No final de março, as manifestações começaram a se reduzir, devido à dura repressão: multas equivalentes a um ou três salários mensais e prisão de qualquer pessoa nas proximidades do ato, inclusive jornalistas. De acordo com o órgão de defesa dos direitos humanos OVD-Info, 15.441 pessoas foram detidas na Rússia nas manifestações antiguerra entre 24 de fevereiro e 9 de maio.

Cientistas e professores

Na Rússia, os opositores mais fervorosos à guerra são os trabalhadores da educação e da ciência. Cientistas e jornalistas científicos

russos publicaram carta aberta no jornal *Trv-sciences.ru*, na qual protestam contra as ações do governo russo e clamam pela paz para ambos os Estados. Entre os signatários estão 32 acadêmicos e 53 membros da Academia Russa de Ciências, o prêmio Nobel Konstantin Novoselov, os fundadores da teoria científica da inflação cosmológica, Alexei Starobinsky e Andrei Linde, assim como o cientista mais citado da Rússia, de acordo com o Índice Hirsch, Evgeny Kunin. Até 24 de abril, 8.317 assinaturas haviam sido coletadas. Os professores russos lançaram um apelo dizendo: “Nossos alunos morrerão no fogo da guerra. (...) Exigimos que esta guerra com a Ucrânia – um Estado soberano e independente – que vem ocorrendo desde 2014, seja interrompida e que as negociações com ela comecem sob uma base respeitosa e igualitária”. No dia da invasão de 24 de fevereiro, mais de 250 vereadores municipais assinaram carta aberta condenando a ação militar e conclamando os russos a não ficarem em silêncio: “Caros concidadãos, nós, eleitos pelo povo, condenamos inequivocamente o ataque do exército russo à Ucrânia. Essa é uma atrocidade sem precedentes, para a qual não há nenhuma justificativa e não pode haver nenhuma. A decisão de atacar foi tomada pessoalmente pelo presidente russo, Vladimir

Putin. Estamos convencidos de que os cidadãos da Rússia não lhe deram tal mandato. (...) Não fique em silêncio: somente a condenação popular maciça pode deter a guerra”. Os graduados universitários escreveram petições em nome dos funcionários, estudantes e graduados de várias universidades russas. A petição com mais assinaturas até agora é a do militante de direitos humanos Lev Ponomarev, datada de 24 de fevereiro de 2022, que exige “um cessar-fogo imediato das forças armadas russas e sua retirada imediata do território do estado soberano da Ucrânia”, no change.org. Até 14 de março, a petição havia recolhido mais de 1,2 milhão de assinaturas.

Do jornal francês “Informações Operárias” (correspondência da Rússia)

SEJA ASSINANTE DE O TRABALHO!

Até 1º de agosto estamos em campanha para ganhar novos assinantes. Jornal independente, há 44 anos, ao lado da luta da classe trabalhadora e da juventude.

Para fazer sua assinatura acesse: <https://otrabalho.org.br/assine/> ou clique na imagem da próxima página.

ASSINE O JORNAL O TRABALHO

um jornal independente dos patrões e governos

Assinatura MENSAL

R\$ **10** /mês

✓ Pagamento por cartão de crédito

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade indeterminada¹

 **ASSINE AGORA**

Assinatura SEMESTRAL

R\$ **60**

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 12 edições²

 **ASSINE AGORA**

Assinatura ANUAL

R\$ **120**

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições²

 **ASSINE AGORA**

Assinatura SOLIDÁRIA

R\$ **150**

✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto

✓ Receba em casa pelo correio

✓ Acesso irrestrito no site

✓ Versão para celular

✓ Validade 24 edições²

 **ASSINE AGORA**